

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO

90026/2026

CONTRATANTE (UASG)

980147 – Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual futura e eventual contratação de empresa devidamente autorizada pela Polícia Federal, especializada na prestação de serviços de segurança privada desarmada, para atuação em eventos oficiais promovidos, apoiados ou realizados pela Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC, em atendimento às demandas das diversas secretarias municipais, de acordo com as especificações e quantitativos estimados constantes no Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 517.320,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 02/07/2026 às 10:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO.....	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
10. DO TERMO DE CONTRATO	18
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	19
13. DOS RECURSOS.....	20
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	24

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90026/2026 (Processo Administrativo nº 3.393/2026)

Torna-se público que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitações - CPL, sediado(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, Tarauacá, AC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços para futura e eventual futura e eventual contratação de empresa devidamente autorizada pela Polícia Federal, especializada na prestação de serviços de segurança privada desarmada, para atuação em eventos oficiais promovidos, apoiados ou realizados pela Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC, em atendimento às demandas das diversas secretarias municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *1.2. A licitação será estruturada em LOTES, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante apresentar proposta para a totalidade dos itens que compõem cada lote, sob pena de desclassificação, facultando-se a participação em quantos lotes forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

- 3.6.** *No Lote Único não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 3.7.** Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.7.2** Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.7.3** Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.7.4** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.7.5** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.7.6** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.7.7** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.7.8** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.7.9** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.7.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9.** O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.10.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.11.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.12.** O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.*

4.2. *Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.*

4.3. *O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é

manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da

fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário do item;*

6.1.2 *marca;*

6.1.3 *fabricante e/ou tipo / espécie de fruta;*

Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**
- 7.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11.** Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18.** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.
- 7.18.1** Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a

proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 3 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1 conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.11.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.11.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

8.11.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de percentual de 10% a 30 %, salvo se houver justificativa nos autos para suprimir esse acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia digitalizada.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar

o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 15 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 30 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições

estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.tarauaca.ac.gov.br/licitacoes> e [::Portal das Licitações:: TCE-AC](#).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 Fraudar a licitação;

14.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial

quando:

14.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 Advertência;

14.2.2 Multa;

14.2.3 Impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo

previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: contratacoestk@gmail.com.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 16.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico contratacoestk@gmail.com, <https://externo.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes/menu/>
- 16.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1** *Anexo I - Termo de Referência;*
 - 16.11.1.1.** *Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;*
 - 16.11.2** *Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;*
 - 16.11.3** *Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;*

Tarauacá/AC, 12 de junho de 2026

Jorge da Mata Coelho
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 117/2025



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 1 de 28

TERMO DE REFERÊNCIA

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP

Natureza do Objeto: Prestação de serviços de natureza comum – serviços de segurança privada desarmada.

Prazo de Vigência da Ata de Registro De Preços: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por igual período.

1. DO OBJETO

- 1.1 A presente contratação tem por objeto a futura e eventual contratação de empresa devidamente autorizada pela Polícia Federal, especializada na prestação de serviços de segurança privada desarmada, para atuação em eventos oficiais promovidos, apoiados ou realizados pela Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC, em atendimento às demandas das diversas secretarias municipais.
- 1.2 Os serviços compreendem a disponibilização de profissionais qualificados para execução de atividades de segurança preventiva, controle de acesso, orientação de público, apoio à organização e preservação da ordem nos locais de realização dos eventos, observadas as normas legais aplicáveis à atividade de segurança privada, especialmente aquelas regulamentadas pela Polícia Federal.
- 1.3 Trata-se de serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.4 A execução ocorrerá de forma parcelada, sob demanda e eventual, conforme necessidade da Administração Municipal, mediante solicitação prévia da secretaria demandante, considerando a realização de eventos cívicos, institucionais, esportivos, culturais, festivos, campanhas públicas, inaugurações, solenidades e demais ações oficiais promovidas pelo Município.
- 1.5 A contratação visa assegurar maior organização, controle de acesso, proteção do patrimônio público, segurança dos participantes e apoio operacional durante a realização dos eventos municipais, garantindo adequada execução das atividades institucionais promovidas pelas secretarias municipais.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 2 de 28

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

LOTE ÚNICO — SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA PARA EVENTOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ/AC						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VIGÊNCIA	QTD PREVISTA PARA REGISTRO	VALOR UNIT./HORA	VALOR TOTAL/HORA
1	Hora de profissional de segurança privada desarmada – período diurno . Atuação interna no evento, sem controle de acesso ou revista pessoal, com uso de rádio de comunicação, uniforme, EPIs e meios de contenção não letais, quando autorizados.	HORA DE PROFISSIONAL (HH)	12 MESES	3.000		
2	Hora de profissional de segurança privada desarmada – período noturno . Atuação interna no evento, sem controle de acesso ou revista pessoal, com uso de rádio de comunicação, uniforme, EPIs e meios de contenção não letais, quando autorizados, incluindo adicional noturno.	HORA DE PROFISSIONAL (HH)	12 MESES	3.000		
3	Hora de profissional de segurança privada desarmada – controle de acesso – período diurno . Atuação em portarias e acessos, com triagem e revista pessoal, uso de detector de metais, rádio de comunicação, uniforme e EPIs compatíveis.	HORA DE PROFISSIONAL (HH)	12 MESES	1.000		
4	Hora de profissional de segurança privada desarmada – controle de acesso – período noturno . Atuação em portarias e acessos, com triagem e revista pessoal, uso de detector de metais, rádio de comunicação, uniforme e EPIs compatíveis, incluindo adicional noturno.	HORA DE PROFISSIONAL (HH)	12 MESES	1.000		
VALOR GLOBAL LOTE R\$						

2. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E QUANTITATIVO ESTIMADO

2.1 A execução do objeto dar-se-á de forma parcelada, eventual e sob demanda, conforme a necessidade das Secretarias Municipais, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) expedida pela Administração Pública, contendo a descrição dos serviços, quantitativos, local de execução, data, horário e demais informações necessárias à prestação dos serviços.

2.2 A contratada deverá disponibilizar os profissionais de segurança privada desarmada nos quantitativos e horários previamente estabelecidos pela contratante, garantindo o adequado atendimento das demandas relacionadas à segurança, controle de acesso, orientação de público, apoio operacional e preservação da ordem durante a realização dos eventos institucionais promovidos ou apoiados pelo Município.

2.3 Os serviços serão prestados no âmbito do Município de Tarauacá/AC, em locais previamente definidos pela Administração, incluindo praças públicas, centros culturais, ginásios, estádios, escolas, unidades administrativas, vias públicas, espaços de eventos e demais áreas destinadas à realização de atividades institucionais, culturais, esportivas, cívicas e festivas.

2.4 A mobilização da equipe deverá ocorrer dentro do prazo estabelecido na Ordem de Serviço, observando-se antecedência suficiente para organização operacional e posicionamento dos profissionais antes do início do evento. Os serviços deverão permanecer em execução durante todo o período programado, inclusive em etapas de montagem, realização e encerramento do evento, quando solicitado pela Administração.

2.5 Compete à contratada a responsabilidade integral pela disponibilização dos profissionais devidamente qualificados e habilitados para o exercício da atividade de segurança privada, observando rigorosamente as exigências da legislação vigente, especialmente as normas da Polícia Federal aplicáveis ao setor.

2.6 A contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos e itens necessários à execução dos serviços, incluindo uniformes padronizados, equipamentos de comunicação, identificação funcional e demais recursos operacionais indispensáveis ao adequado desempenho das atividades.

2.7 Será de inteira responsabilidade da contratada o cumprimento das normas trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de segurança do trabalho e demais obrigações legais relacionadas à execução contratual, bem como a substituição imediata de profissionais em caso de ausência, inadequação da prestação do serviço ou solicitação fundamentada da contratante, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.

2.8 O quantitativo estimado foi definido com base no histórico de eventos realizados pelas Secretarias Municipais em exercícios anteriores, considerando a frequência, porte e natureza das atividades promovidas ao longo do calendário anual do Município.

2.9 A estimativa contempla a prestação de serviços de segurança privada desarmada para atuação em eventos de pequeno, médio e grande porte, abrangendo atividades de controle de acesso, segurança

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 4 de 28

preventiva, apoio organizacional e orientação ao público, conforme quantitativos e especificações a serem detalhados em planilha específica integrante do Termo de Referência.

2.10 Os quantitativos estimados possuem caráter meramente referencial, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração, servindo exclusivamente como parâmetro para dimensionamento da futura contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das orientações dos órgãos de controle.

3. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E QUANTITATIVO

- 3.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir segurança, organização, controle de acesso e apoio operacional durante a realização de eventos oficiais promovidos, apoiados ou executados pela Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC, por meio das diversas Secretarias Municipais.
- 3.2 Os eventos institucionais realizados pela Administração Pública Municipal reúnem, frequentemente, grande concentração de pessoas em espaços públicos e privados, demandando medidas preventivas voltadas à preservação da ordem, proteção do patrimônio público, orientação do público participante e redução de riscos relacionados à segurança dos presentes.
- 3.3 A contratação de empresa especializada em segurança privada desarmada, devidamente autorizada pela Polícia Federal, mostra-se indispensável para assegurar que os serviços sejam executados por profissionais qualificados, capacitados e regularmente habilitados, em conformidade com a legislação vigente que regulamenta a atividade de segurança privada no território nacional.
- 3.4 Além disso, a Administração Municipal não dispõe, em seu quadro funcional próprio, de profissionais habilitados para execução especializada dos serviços de segurança privada em eventos, tornando necessária a contratação de empresa especializada para atendimento das demandas sazonais e variáveis decorrentes da realização de atividades públicas ao longo do exercício.
- 3.5 A contratação também visa proporcionar maior segurança aos participantes, autoridades, servidores, artistas, atletas, equipes técnicas e demais envolvidos nos eventos municipais, contribuindo para a adequada execução das atividades institucionais, culturais, esportivas, cívicas e festivas promovidas pelo Município.
- 3.6 Quanto ao quantitativo estimado, sua definição foi realizada com base no levantamento das demandas registradas em exercícios anteriores, considerando o número de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais, o porte das programações, a estimativa média de público e a necessidade operacional de profissionais de segurança para cada tipo de evento.
- 3.7 Os quantitativos previstos possuem natureza estimativa e foram estabelecidos exclusivamente para fins de planejamento administrativo e dimensionamento da contratação, não obrigando a Administração à

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 5 de 28

execução integral dos serviços inicialmente previstos, podendo haver variações conforme a efetiva necessidade das Secretarias demandantes durante a vigência contratual.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a adequada execução dos eventos oficiais promovidos, apoiados ou realizados pela Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC, por intermédio das diversas Secretarias Municipais, assegurando condições adequadas de segurança, organização e apoio operacional ao público participante, servidores, autoridades e demais envolvidos nas atividades institucionais.
- 4.2 As Secretarias Municipais realizam, ao longo do exercício, diversos eventos de natureza cívica, cultural, esportiva, educacional, institucional e festiva, destinados ao atendimento do interesse público, à promoção da cultura, do esporte, do lazer, da integração social e ao fortalecimento das ações administrativas desenvolvidas pelo Município. Tais atividades frequentemente demandam serviços especializados de segurança privada, especialmente em razão da grande circulação e concentração de pessoas nos locais de realização dos eventos.
- 4.3 A contratação de empresa especializada e devidamente autorizada pela Polícia Federal mostra-se necessária para garantir que os serviços sejam executados por profissionais qualificados, treinados e legalmente habilitados, observando-se as exigências previstas na legislação aplicável à atividade de segurança privada, contribuindo para a preservação da ordem, controle de acesso, prevenção de incidentes e proteção do patrimônio público.
- 4.4 A Administração Municipal não dispõe, em seu quadro funcional, de profissionais especializados suficientes para atender, de forma contínua e eficiente, às demandas operacionais relacionadas à segurança privada em eventos, razão pela qual a contratação terceirizada apresenta-se como a solução mais adequada e eficiente para atendimento das necessidades institucionais.
- 4.5 A presente demanda encontra respaldo no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no qual foram analisadas as necessidades administrativas, a viabilidade da contratação, os resultados pretendidos e as soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade e vantajosidade da contratação pretendida.
- 4.6 A contratação observará os princípios e disposições previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento da contratação, eficiência administrativa, interesse público, economicidade, continuidade dos serviços e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5. NATUREZA E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1 A presente contratação caracteriza-se como prestação de serviços comuns, de natureza continuada e execução sob demanda, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.
- 5.2 A empresa contratada deverá possuir autorização de funcionamento expedida pela Polícia Federal, válida e compatível com a atividade de segurança privada, nos termos da legislação vigente, devendo manter todas as condições de habilitação e regularidade durante toda a execução contratual.
- 5.3 Os serviços deverão ser executados por equipe técnica qualificada, composta por profissionais devidamente treinados, capacitados e habilitados para o exercício da atividade de segurança privada, observando as exigências legais, operacionais e técnicas aplicáveis ao setor.
- 5.4 Os profissionais disponibilizados deverão apresentar postura compatível com a atividade exercida, urbanidade no atendimento ao público, capacidade de atuação preventiva e aptidão para controle de acesso, orientação de público e apoio operacional em eventos de diferentes portes.
- 5.5 Compete à contratada promover toda a mobilização operacional necessária à execução dos serviços, incluindo planejamento, deslocamento, organização das equipes, posicionamento estratégico dos profissionais e desmobilização ao término das atividades, conforme horários e condições estabelecidos na Ordem de Serviço expedida pela Administração.
- 5.6 A contratada deverá garantir a adequada execução dos serviços durante todo o período dos eventos, responsabilizando-se integralmente pela segurança operacional de sua equipe, pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho e pela adoção de medidas preventivas destinadas à redução de riscos e incidentes.
- 5.7 Os serviços deverão observar integralmente as normas técnicas, regulamentações e legislações aplicáveis, incluindo as disposições da Polícia Federal relativas à atividade de segurança privada, normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho, legislação trabalhista, previdenciária e demais exigências pertinentes.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 7 de 28

- 5.8 Quando aplicável à estrutura ou organização do evento, deverão ser observadas também as normas técnicas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, exigências dos órgãos de fiscalização competentes e demais regulamentações pertinentes à segurança de eventos públicos.
- 5.9 A contratada deverá disponibilizar aos profissionais uniformes padronizados, equipamentos de comunicação, identificação funcional e demais materiais necessários à adequada execução dos serviços, mantendo os profissionais devidamente identificados durante toda a execução contratual.
- 5.10 A contratada deverá substituir imediatamente qualquer profissional que apresente conduta inadequada, ausência injustificada, deficiência técnica ou descumprimento das determinações da contratante, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.
- 5.11 Quanto aos critérios de sustentabilidade, a contratada deverá adotar práticas que reduzam impactos ambientais decorrentes da execução contratual, sempre que possível, incluindo:
- a) utilização racional de recursos e materiais;
 - b) redução de desperdícios;
 - c) destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados;
 - d) incentivo ao uso de materiais reutilizáveis;
 - e) observância das normas ambientais aplicáveis;
 - f) adoção de boas práticas operacionais voltadas à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.
- 5.12 A execução dos serviços deverá observar elevados padrões de qualidade, eficiência, pontualidade, organização e segurança, visando assegurar o adequado atendimento das necessidades da Administração Municipal durante a realização dos eventos institucionais.

6. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

- 6.1 A seleção do fornecedor será realizada por meio da modalidade pregão eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade.
- 6.2 A seleção do fornecedor será realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de contratação de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 8 de 28

- 6.3 A utilização da forma eletrônica justifica-se pela ampliação da competitividade, maior transparência do certame, promoção da economicidade e possibilidade de participação de empresas especializadas de diferentes localidades, proporcionando maior eficiência ao procedimento licitatório.
- 6.4 O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, considerando a natureza dos serviços de segurança privada desarmada, possibilitando maior competitividade entre os licitantes e melhor adequação às necessidades da Administração Pública.
- 6.5 A adoção do julgamento por item permite maior flexibilidade na contratação, favorece a obtenção de propostas mais vantajosas e amplia a participação de empresas do ramo, sem comprometer a qualidade e a padronização dos serviços exigidos pela Administração.
- 6.6 A escolha do critério de menor preço por item encontra respaldo nos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7 Além disso, o modelo adotado contribui para a otimização dos recursos públicos, simplificação da gestão contratual e melhor adequação das contratações às demandas específicas de cada evento promovido pelas Secretarias Municipais.
- 6.8 Quanto à forma de fornecimento, a execução dos serviços ocorrerá de maneira parcelada, eventual e sob demanda, conforme as necessidades das Secretarias Municipais, mediante emissão de Ordens de Serviço específicas pela Administração Pública.
- 6.9 As Ordens de Serviço deverão conter, no mínimo, a descrição do evento, quantitativo de profissionais, local de execução, data, horário e demais informações necessárias à adequada prestação dos serviços.
- 6.10 Os serviços serão executados nos locais definidos pela Administração Municipal, cabendo à contratada a responsabilidade integral pela disponibilização dos profissionais, deslocamento, organização operacional das equipes, fornecimento de uniformes, equipamentos de comunicação e demais recursos necessários à perfeita execução contratual, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.11 Somente poderão participar do certame empresas especializadas no ramo de segurança privada, devidamente autorizadas pela Polícia Federal para funcionamento e exercício da atividade, devendo comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica, conforme exigências previstas no edital e na legislação aplicável.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 9 de 28

6.12 A contratada deverá garantir a continuidade, qualidade, eficiência e segurança dos serviços prestados durante toda a execução contratual, observando rigorosamente as normas legais, regulamentares e operacionais aplicáveis à atividade de segurança privada.

7. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE ENTREGA, LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO

- 7.1 Os serviços deverão ser executados em locais previamente indicados pelas Secretarias Municipais da Administração Pública, podendo incluir praças públicas, escolas, ginásios, centros culturais, estádios, vias públicas, espaços de eventos, unidades administrativas e demais locais destinados à realização de eventos oficiais promovidos ou apoiados pelo Município de Tarauacá/AC
- 7.2 A contratada deverá possuir estrutura operacional e logística adequada para atendimento das demandas em qualquer ponto do Município, observando os prazos estabelecidos, condições de acesso, horários definidos e particularidades de cada evento.
- 7.3 A execução dos serviços compreenderá a mobilização, deslocamento, organização operacional e permanência da equipe de segurança privada durante todo o período definido na Ordem de Serviço, devendo os profissionais estar devidamente posicionados e preparados antes do início das atividades do evento.
- 7.4 A contratada deverá garantir a continuidade dos serviços durante toda a realização do evento, inclusive nos períodos de entrada, execução e encerramento das atividades, conforme necessidade da Administração.
- 7.5 Os profissionais disponibilizados deverão apresentar-se devidamente uniformizados, identificados e equipados para execução das atividades, mantendo conduta compatível com o exercício da função, urbanidade no atendimento ao público e observância às orientações da fiscalização contratual.
- 7.6 Os serviços deverão ser prestados em conformidade com a legislação aplicável à atividade de segurança privada, especialmente as normas regulamentadas pela Polícia Federal, além das normas de segurança do trabalho, legislação trabalhista, previdenciária e demais regulamentações pertinentes.
- 7.7 A contratada será integralmente responsável por quaisquer danos, prejuízos, acidentes ou falhas decorrentes da execução inadequada dos serviços, inclusive quanto à segurança dos participantes, servidores, autoridades e demais envolvidos nos eventos.
- 7.8 A contratada deverá manter canal de comunicação permanente com a fiscalização do contrato durante a execução dos serviços, garantindo atendimento imediato às solicitações da Administração e adoção de providências necessárias em situações emergenciais ou de substituição de profissionais.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **10** de **28**

7.9 Cada serviço executado deverá ser acompanhado da respectiva Nota Fiscal eletrônica, contendo o detalhamento dos serviços prestados, quantitativo de profissionais utilizados, carga horária executada, local, data do evento, valores e demais informações pertinentes, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, como condição para fins de liquidação e pagamento, nos termos da legislação vigente.

8. DO LOCAL DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 O processo licitatório será realizado na modalidade eletrônica, com sessão pública conduzida por meio do sistema oficial do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras, e no site oficial da Prefeitura Municipal de Tarauacá, disponível em <https://www.tarauaca.ac.gov.br/> em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

8.2 Todas as informações detalhadas referentes ao certame, incluindo condições de participação, critérios de julgamento, prazos, exigências de habilitação e demais disposições, estarão previstas no Edital e em seus anexos, que serão disponibilizados no referido sistema eletrônico, garantindo ampla publicidade, transparência e acesso aos interessados.

9. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A Ata de Registro de Preços, quando formalizada, terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso conforme Art. 84 da Lei 14.133/21.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 Após o julgamento da proposta, da habilitação, adjudicação do objeto e a homologação do resultado da licitação pela autoridade competente do Municipal de Tarauacá do Estado do Acre, na forma estabelecida o Edital, celebrará Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, com validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com eficácia a partir da publicação do seu extrato, no Diário Eletrônico da prefeitura de Tarauacá, podendo ser prorrogada a vigência da referida Ata em conformidade com o art. 84 da Lei 14.133/2021.

10.2 A Ata de Registro de Preço poderá ser assinada, eletronicamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de convocação para sua assinatura podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **11** de **28**

- 10.3 A recusa injustificada do vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços ou o não atendimento à convocação, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, ensejando a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 10.4 Inexistindo quaisquer interessados em registrar o preço, será revogado o item específico ou a licitação.

11. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

11.1 Órgãos e entidades públicas que não participaram do IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que:

- I – Justifiquem a vantagem da adesão;
 - II – Comproven a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado (art. 23 da Lei 14.133/21);
 - III – Tenham aceitação do órgão gerenciador e do fornecedor.
- §1º A autorização da adesão depende da anuência prévia do fornecedor.
- §2º A contratação deve ocorrer em até 90 dias após a autorização, podendo ser prorrogada dentro da vigência da Ata.
- §3º É permitida a adesão a itens sem quantitativo registrado, desde que observados os mesmos requisitos.

11.2 Limites de Adesão:

- I – Cada órgão não participante pode contratar até 50% do quantitativo registrado;
 - II – A soma total das adesões não pode ultrapassar o dobro do quantitativo registrado na Ata.
- §1º Não se aplicam esses limites para aquisição emergencial de medicamentos e insumos médico-hospitalares via Ministério da Saúde.
- §2º Também não se aplicam para adesões vinculadas a transferências voluntárias federais, desde que destinadas a execução descentralizada e com preços compatíveis com o mercado.

11.3 Contratação:

- 10.3.1. A contratação será formalizada por instrumento contratual, nota de empenho ou outro instrumento hábil (art. 95 da Lei 14.133/21).
- 10.3.2. O contrato deve ser assinado durante a vigência da Ata.
- 10.3.3. Alterações contratuais seguirão o disposto no art. 124 da Lei 14.133/21.

11.4 Reequilíbrio Econômico - Financeiro

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **12** de **28**

- 11.4.1 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços variarão;
- 11.4.2 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da detentora para justa remuneração dos produtos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;
- 11.4.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;
- 11.4.4 Fica facultado a Prefeitura realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela detentora da Ata;
- 11.4.5 A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Prefeitura, porém contemplará as entregas realizadas após a data de entrega do pedido de repactuação de preços no Protocolo Geral da Prefeitura de Tarauacá, não se aplicando o reajuste de preços sobre as compras já consignadas e/ou sobre as que estiverem em andamento;
- 11.4.6 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a detentora da Ata não poderá suspender a entrega dos materiais solicitados e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1 A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações assumidas, observando as disposições deste Termo de Referência, da Lei nº 14.133/2021, da legislação aplicável à atividade de segurança privada e demais normas pertinentes, destacando-se, entre outras, as seguintes obrigações:

I – Executar os serviços com qualidade, eficiência, disciplina e pontualidade, em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração;

II – Disponibilizar profissionais devidamente qualificados, treinados, identificados e habilitados para o exercício da atividade de segurança privada, observando as exigências da Polícia Federal e demais normas regulamentadoras aplicáveis;

III – Cumprir rigorosamente os horários, quantitativos e locais definidos pela Administração para execução dos serviços, garantindo a presença da equipe antes do início dos eventos e sua permanência durante todo o período contratado;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **13** de **28**

- IV – Fornecer uniformes padronizados, equipamentos de comunicação, crachás de identificação e demais materiais necessários à adequada execução dos serviços;
- V – Manter equipe operacional apta à atuação em eventos de pequeno, médio e grande porte, assegurando postura compatível com o serviço prestado, urbanidade no atendimento ao público e observância às orientações da fiscalização contratual;
- VI – Responsabilizar-se integralmente pela organização operacional da equipe, incluindo deslocamento, substituições, supervisão e controle de frequência dos profissionais disponibilizados;
- VII – Garantir a continuidade dos serviços durante toda a execução dos eventos, realizando substituição imediata de profissionais em caso de ausência, inadequação, conduta incompatível ou solicitação fundamentada da Administração, sem qualquer ônus adicional;
- VIII – Observar rigorosamente as normas de segurança do trabalho, utilizando Equipamentos de Proteção Individual – EPIs quando exigidos, adotando medidas preventivas destinadas à redução de riscos e acidentes;
- IX – Cumprir integralmente a legislação aplicável à atividade de segurança privada, incluindo as normas expedidas pela Polícia Federal, legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e demais regulamentações pertinentes;
- X – Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais, pessoais ou prejuízos causados à Administração Pública, a terceiros ou ao patrimônio público em decorrência de falhas, negligência, imprudência ou imperícia na execução dos serviços;
- XI – Manter canal de comunicação permanente com a fiscalização do contrato durante a execução dos eventos, assegurando atendimento imediato às solicitações da Administração;
- XII – Arcar integralmente com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais despesas decorrentes da execução contratual, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre os profissionais da contratada e a Administração Pública;
- XIII – Apresentar, para fins de pagamento, a Nota Fiscal eletrônica devidamente preenchida e acompanhada da documentação exigida pela legislação e pelo contrato, contendo o detalhamento dos serviços executados;
- XIV – Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação, regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica exigidas no procedimento licitatório;
- XV – Manter válida, durante toda a vigência contratual, a autorização de funcionamento expedida pela Polícia Federal para exercício da atividade de segurança privada;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **14** de **28**

XVI – Adotar práticas de sustentabilidade ambiental, promovendo o uso racional de recursos, redução de desperdícios, correta destinação de resíduos eventualmente gerados e demais medidas voltadas à minimização dos impactos ambientais decorrentes da execução contratual.

- 12.2 O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas neste Termo de Referência poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais aplicáveis.

13. ORIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1 A contratante, por intermédio da Administração Municipal, deverá cumprir as seguintes obrigações, sem prejuízo de outras previstas na legislação vigente e neste Termo de Referência:

I – Fornecer todas as informações necessárias à execução dos serviços, incluindo especificações, locais, datas, horários e demais condições por meio de Ordem de Serviço;

II – Designar gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução dos serviços, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

III – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, podendo intervir para corrigir falhas ou irregularidades;

IV – Atestar a execução dos serviços, após verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas, como condição para pagamento;

V – Efetuar o pagamento à contratada no prazo e condições estabelecidas, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada;

VI – Comunicar formalmente à contratada quaisquer ocorrências, falhas ou irregularidades identificadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

VII – Proporcionar as condições necessárias para a execução dos serviços, incluindo acesso aos locais dos eventos, quando sob responsabilidade da Administração;

VIII – Aplicar as sanções administrativas cabíveis, em caso de descumprimento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

IX – Manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme previsto na legislação vigente, sempre que atendidos os requisitos legais;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **15** de **28**

X – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Termo de Referência e do contrato, zelando pela legalidade, eficiência e interesse público na execução da contratação.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1. Recebimento

- 14.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente e de forma sumária no ato da entrega, junto com a nota fiscal ou documento equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento do contrato, para posterior verificação de conformidade com as especificações do Termo de Referência e proposta.
- 14.1.2 Os bens poderão ser rejeitados total ou parcialmente, inclusive antes do recebimento provisório, se não atenderem às especificações, devendo ser substituídos em até 5 (cinco) dias, contados da notificação, às custas da contratada, sem prejuízo das penalidades.
- 14.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota fiscal, com verificação da qualidade e quantidade do material e aceitação formal.
- 14.1.4 O prazo para recebimento definitivo pode ser prorrogado por igual período, mediante justificativa, para realização de diligências.
- 14.1.5 Em caso de controvérsia sobre qualidade, quantidade ou especificações, aplicar-se-á o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, com comunicação para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa para pagamento.
- 14.1.6 O prazo para o contratado sanar inconsistências ou correções na nota fiscal não será contado no prazo do recebimento definitivo.
- 14.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não exime o contratado da responsabilidade civil e ética pela qualidade e segurança dos bens e execução do contrato.

14.2 Liquidação

- 14.2.1 Recebida a nota fiscal ou documento equivalente, inicia-se prazo de 10 dias úteis para liquidação, prorrogável por igual período, conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, art. 7º, §3º.
- 14.2.2 Para liquidação, o setor responsável verificará se o documento contém:
 - I. prazo de validade;
 - II. data de emissão;
 - III. dados do contrato e órgão contratante;
 - IV. período de execução do contrato;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 16 de 28

V. valor a pagar;

VI. eventuais retenções tributárias.

- 14.2.3 Em caso de erro ou impedimento na nota fiscal, a liquidação ficará suspensa até a regularização pelo contratado, com reinício do prazo após comprovação, sem ônus ao contratante.
- 14.2.4 A nota fiscal deve ser acompanhada de comprovação de regularidade fiscal via SICAF ou documentos previstos no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.2.5 A Administração consultará o SICAF para verificar habilitação, impedimentos à participação em licitação ou contratação e ocorrências impeditivas (IN nº 3/2018).
- 14.2.6 Se constatada irregularidade no SICAF, o contratado será notificado para regularizar ou apresentar defesa em até 5 dias úteis, prazo prorrogável uma vez.
- 14.2.7 Caso não regularize ou defesa seja indeferida, o contratante comunicará aos órgãos fiscais sobre inadimplência e pagamento pendente, para adoção das medidas cabíveis.
- 14.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante adotará medidas para rescisão contratual, assegurando ampla defesa ao contratado.
- 14.2.9 Os pagamentos seguirão normalmente enquanto houver execução do objeto, até decisão de rescisão caso a regularização não ocorra.

14.3 Prazo de pagamento

- 14.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

14.4 Forma de pagamento

- 14.4.1 O pagamento será realizado por ordem bancária, em conta indicada pelo contratado, sendo considerada como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.
- 14.4.2 Serão efetuadas as retenções tributárias previstas em lei, independentemente dos percentuais indicados na planilha.
Parágrafo único: Contratados optantes pelo Simples Nacional estarão isentos dessas retenções, desde que apresentem comprovação oficial do enquadramento no regime.
- 14.4.3 A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Tarauacá, CNPJ nº 34.693.564/0001-79, Rua Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 – Centro – Tarauacá/AC, CEP 69970-000, contendo número do Pregão, da Ata, do Contrato e do Empenho.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 17 de 28

- 14.4.4 O pagamento dependerá do atesto da nota fiscal pelo servidor designado como fiscal do contrato, com prazo de até 2 (dois) dias úteis para encaminhamento ao setor financeiro.
- 14.4.5 Em caso de devolução da nota fiscal por erro ou rasura, o prazo de pagamento será reiniciado a partir da nova data de entrega.

15. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 15.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 15.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 15.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 15.4 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.5 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 15.6 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação

16. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 16.1 Caso o preço registrado se torne superior ao de mercado por motivo superveniente, o fornecedor será convocado para negociar a redução. Se não aceitar, será liberado do compromisso sem penalidades, sendo convocados os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação.
- 16.2 Não havendo êxito na negociação, a Ata de Registro de Preços será cancelada, adotando-se as medidas cabíveis para nova contratação.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **18** de **28**

- 16.3 Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, o fornecedor poderá solicitar a revisão mediante comprovação documental de fato superveniente que inviabilize o cumprimento das condições pactuadas
- 16.4 Se o pedido for indeferido por ausência de comprovação, o fornecedor deverá cumprir a ata sob pena de cancelamento do registro e aplicação de sanções legais
- 16.5 Em caso de cancelamento, será seguido o mesmo procedimento de convocação dos demais fornecedores do cadastro reserva.
- 16.6 Persistindo a inviabilidade, a Ata será cancelada e adotadas novas medidas para garantir a contratação mais vantajosa à Administração.

17. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 17.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador nas seguintes hipóteses:
- a) Descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa;
 - b) Não retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa razoável;
 - c) Recusa em manter o preço registrado, nos termos do art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462/2023;
 - d) Aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.2 Caso a penalidade mencionada na alínea *d* não ultrapasse a vigência da Ata, poderá o órgão gerenciador decidir, de forma fundamentada, pela manutenção do registro, vedando contratações enquanto durarem os efeitos da sanção.
- 17.3 O cancelamento será formalizado por despacho do órgão gerenciador, com garantia ao contraditório e à ampla defesa.
- 17.4 Em caso de cancelamento, poderá haver convocação dos licitantes do cadastro de reserva, respeitada a ordem de classificação.
- 17.5 Os preços registrados poderão ser cancelados total ou parcialmente nas seguintes hipóteses, mediante justificativa:
- a) Interesse público;
 - b) Pedido do fornecedor por caso fortuito ou força maior;
 - c) Fracasso nas negociações por variação significativa de preços de mercado, nos termos dos arts. 26, § 3º, e 27, § 4º, do Decreto nº 11.462/2023.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **19** de **28**

- 18.1 Conforme disposto no art. 17º do decreto nº 11.462/2013 de 31/03/2023 tratando-se de Registro de preço, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigido a para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, pela administração pública.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1 O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, somente poderá subcontratar mediante concordância da Contratante;
- 19.2 Fica autorizado a subcontratação apenas dos serviços de entrega (transporte da refeição e lanche);
- 19.3 A subcontratação não exime a CONTRATADA das obrigações e responsabilidades decorrentes da contratação;
- 19.4 A CONTRATADA responderá por todos os atos do subcontratado.

20. DOS IMPEDIMENTOS

- 20.1 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme determina o artigo 122, § 3º da Lei n. 14.133/2021.

21. PROCEDIMENTOS DE GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 21.1 A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração Municipal designar formalmente um **Gestor de Contrato** e um ou mais **Fiscais de Contrato**, responsáveis pelo acompanhamento, controle e verificação da adequada execução dos serviços.
- 21.2 O **Gestor do Contrato** será responsável pela coordenação geral da execução contratual, atuando no controle administrativo, na comunicação com a contratada, na análise de eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogações e demais atos de gestão, assegurando o cumprimento das cláusulas contratuais e o atendimento ao interesse público.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **20** de **28**

- 21.3 O **Fiscal do Contrato**, por sua vez, será responsável pelo acompanhamento técnico e operacional da execução dos serviços, devendo:
- I – Verificar o cumprimento das especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - II – Acompanhar a execução dos serviços em campo, inclusive montagem, operação e desmontagem das estruturas;
 - III – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
 - IV – Atestar a execução dos serviços para fins de medição e pagamento;
 - V – Notificar a contratada quanto a irregularidades ou falhas, fixando prazo para correção;
 - VI – Sugerir a aplicação de penalidades, quando cabível.
- 21.4 A contratada deverá facilitar a atuação da fiscalização, prestando todas as informações solicitadas e permitindo o livre acesso aos locais de execução dos serviços e aos seus registros operacionais.
- 21.5 O acompanhamento da execução contratual será realizado de forma contínua, com base nas Ordens de Serviço emitidas, relatórios de execução, registros fotográficos (quando necessário) e demais documentos comprobatórios. Eventuais inconsistências, falhas ou descumprimentos deverão ser formalmente registrados e comunicados, podendo ensejar a aplicação das sanções previstas.
- 21.6 A Administração poderá, a qualquer tempo, adotar medidas corretivas para assegurar a adequada execução do contrato, inclusive determinar ajustes operacionais, substituição de equipamentos ou profissionais e revisão de procedimentos, sempre com vistas à melhoria da qualidade dos serviços prestados e à proteção do interesse público.

22. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 22.1 A licitante deverá manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas no procedimento licitatório, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
- 22.2 Será exigida a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços de segurança privada em eventos, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **21** de **28**

- 22.3 Os atestados apresentados poderão ser somados para fins de comprovação da capacidade técnica da licitante, desde que demonstrem experiência acumulada compatível com a complexidade e natureza dos serviços pretendidos.
- 22.4 Serão aceitos atestados emitidos em período de até 3 (três) anos anteriores à data da licitação, inclusive aqueles emitidos em nome de empresa vinculada à licitante, como subsidiária integral ou integrante do mesmo grupo econômico, desde que comprovado o vínculo jurídico e a compatibilidade do ramo de atividade.
- 22.5 Os atestados deverão conter informações suficientes para verificação de autenticidade e compatibilidade da prestação dos serviços, incluindo, no mínimo:
- a) identificação da entidade emitente;
 - b) nome da empresa contratada;
 - c) descrição dos serviços executados;
 - d) período de execução;
 - e) quantitativos executados;
 - f) nome e contato do responsável pela emissão do documento.
- 22.6 Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante, sem comprovação de vínculo contratual, ou que não permitam a adequada verificação da capacidade técnica declarada.
- 22.7 A licitante deverá apresentar autorização de funcionamento válida expedida pela Polícia Federal para exercício da atividade de segurança privada, nos termos da legislação vigente, bem como comprovação de regularidade perante os órgãos fiscalizadores competentes.
- 22.8 A empresa deverá comprovar que os profissionais disponibilizados para execução dos serviços possuem formação, treinamento e habilitação compatíveis com a atividade de segurança privada, conforme exigências da Polícia Federal e demais normas regulamentadoras aplicáveis.
- 22.9 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, salvo autorização expressa da Administração, nos limites permitidos pela legislação e desde que não comprometa a qualidade e a responsabilidade técnica da execução contratual.
- 22.10 É vedada a contratação, pela empresa contratada, de servidores públicos municipais ativos, bem como de servidores aposentados há menos de 5 (cinco) anos, para atuação direta na execução do objeto

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 22 de 28

contratado, além de parentes até o terceiro grau de agentes públicos diretamente envolvidos na contratação, fiscalização ou gestão contratual, em observância aos princípios da moralidade e impessoalidade administrativa.

22.11 Toda a documentação relativa à qualificação técnica deverá ser apresentada na fase de habilitação do certame, observando-se as exigências previstas no edital e na legislação aplicável.

22.12 Por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços ou do contrato administrativo, a empresa vencedora deverá apresentar alvará de funcionamento válido, bem como manter atualizadas todas as licenças, autorizações e certidões necessárias ao regular exercício de suas atividades durante toda a vigência contratual.

23. DO REAJUSTE

23.1 Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

24. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

24.1 A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para execução do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, de acordo com o Art. 124, b da lei 14.133/21.

25. DA GARANTIA CONTRATUAL

25.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

26. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

26.1 CONTRATADA poderá ser responsabilizada por infrações administrativas nos termos do **art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, incluindo, mas não se limitando a: inexecução total ou parcial do contrato, atraso injustificado, apresentação de documentos falsos, conduta inidônea, fraude na execução ou prática de atos lesivos conforme a **Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**.

26.2 As sanções cabíveis, conforme o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, incluem:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 2% por dia de atraso, limitada a 10% da parcela inadimplida;
- c) Suspensão de licitar e contratar com o órgão (até 2 anos);

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 23 de 28

d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública (até 5 anos);

e) Declaração de inidoneidade.

26.3 As penalidades poderão ser aplicadas de forma **isolada ou cumulativa**, com possibilidade de desconto em pagamentos, execução de garantia e cobrança judicial, se necessário.

26.4 Será garantido à CONTRATADA o **direito ao contraditório e ampla defesa**, mediante processo administrativo, conforme a **Lei nº 14.133/2021** e, subsidiariamente, a **Lei nº 9.784/1999**.

26.5 Persistindo prejuízos ou irregularidades, a Administração poderá adotar medidas judiciais e instaurar **Processo Administrativo de Responsabilização (PAR)**, nos termos da **Lei nº 12.846/2013**.

27. PROCEDIMENTOS DE GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

27.1 A gestão do contrato será realizada pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Inovação.

27.2 A execução e fiscalização ficarão sob responsabilidade de servidor designado como **fiscal do contrato**, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

27.3 Entre as atribuições do fiscal estão:

- a) acompanhar a execução físico-financeira;
- b) Atestar documentos para fins de pagamento;
- c) Verificar prazos, solicitar prorrogações e aditivos, se necessário;
- d) Registrar e relatar ocorrências relevantes;
- e) Exigir o cumprimento integral das obrigações contratuais;
- f) Recusar produtos ou serviços em desacordo com as especificações.

27.4 A fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade por falhas técnicas, vícios ou uso de materiais inadequados, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

28. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1 Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, bem como pela inexecução, execução inadequada, falhas operacionais ou atraso injustificado na prestação dos serviços, a contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil, trabalhista e penal cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **24** de **28**

- 28.2 A CONTRATADA poderá ser responsabilizada administrativamente nos casos de inexecução total ou parcial do contrato, atrasos injustificados, falhas na execução dos serviços, ausência de profissionais nos eventos, substituição inadequada de pessoal, descumprimento das normas da Polícia Federal aplicáveis à atividade de segurança privada, apresentação de documentação falsa, prática de atos fraudulentos, comportamento inidôneo ou quaisquer atos lesivos à Administração Pública, observando-se também as disposições da Lei nº 12.846/2013.
- 28.3 Poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções administrativas:
- I – Advertência, quando verificada infração de menor potencial ofensivo, sem prejuízo significativo à execução contratual;
 - II – Multa, aplicada de forma isolada ou cumulativa, nos casos de atraso injustificado, descumprimento de obrigações contratuais, ausência de profissionais, falhas na execução dos serviços ou demais infrações previstas no contrato, podendo corresponder a até 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada ao máximo de 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
 - III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando caracterizadas infrações de maior gravidade;
 - IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de infrações gravíssimas, prática de atos ilícitos, fraude à licitação ou execução contratual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente.
- 28.4 As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, eventual vantagem obtida pela contratada, reincidência e demais circunstâncias apuradas no processo administrativo.
- 28.5 As sanções aplicadas poderão implicar, ainda, em desconto nos pagamentos eventualmente devidos, rescisão contratual, execução de garantia contratual, quando houver, e adoção das medidas judiciais e administrativas cabíveis para ressarcimento ao erário.
- 28.6 A aplicação das sanções será formalizada mediante regular processo administrativo, observando-se os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, contraditório e ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 28.7 Considera-se infração contratual grave, dentre outras hipóteses:
- I – A prestação de serviços por profissionais não habilitados ou sem formação exigida pela Polícia Federal;
 - II – A ausência injustificada de profissionais nos eventos contratados;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **25** de **28**

III – A prestação inadequada dos serviços que comprometa a segurança do evento ou dos participantes;

IV – O descumprimento das normas legais aplicáveis à atividade de segurança privada;

V – A manutenção de documentação irregular ou vencida durante a execução contratual.

28.8 As multas eventualmente aplicadas não eximem a contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração Pública ou a terceiros em decorrência da execução inadequada dos serviços.

29. PROPOSTA

29.1 A apresentação da proposta implicará plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e demais documentos integrantes do procedimento licitatório, vinculando a licitante às obrigações e exigências previstas para execução do objeto.

29.2 A proposta deverá ser apresentada em moeda corrente nacional e conter, no mínimo:

I – descrição detalhada dos serviços ofertados, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

II – quantitativos estimados;

III – valores unitários e totais, expressos em algarismos e, preferencialmente, por extenso;

IV – indicação de que os preços propostos contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributos, transporte, uniformes, equipamentos, alimentação, hospedagem, seguros e demais despesas inerentes ao cumprimento integral do objeto contratado;

V – declaração de que a empresa possui autorização válida expedida pela Polícia Federal para exercício da atividade de segurança privada, quando exigido no edital.

29.3 Os valores unitários deverão ser apresentados com, no máximo, duas casas decimais, visando evitar inconsistências na emissão de empenhos, liquidação de despesas e documentos fiscais.

29.4 O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço por item, observadas as exigências previstas no Edital e neste Termo de Referência, desde que atendidos os requisitos de habilitação e compatibilidade com as especificações técnicas exigidas.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 26 de 28

- 29.5 Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor por item, desde que compatível com os preços praticados no mercado e atendidas todas as condições técnicas, operacionais, jurídicas e de habilitação estabelecidas no procedimento licitatório.
- 29.6 O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação, permanecendo a licitante obrigada às condições ofertadas durante esse período.
- 29.7 Não serão admitidas propostas com preços inexequíveis, excessivos ou manifestamente incompatíveis com os valores praticados no mercado, podendo a Administração realizar diligências para verificação da exequibilidade da proposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 29.8 A Administração poderá desclassificar propostas que apresentem omissões, irregularidades, informações incompatíveis com o objeto contratado ou que estejam em desacordo com as exigências previstas neste Termo de Referência e no Edital.

30. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 30.1 O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.
- 30.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
- 30.3 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 30.4 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 30.5 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 30.6 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

31. OUTRAS CONDIÇÕES

- 31.1 Os valores propostos deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais,

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 27 de 28

comerciais, tributos, transporte, alimentação, uniformes, equipamentos, seguros e demais despesas incidentes, ainda que não expressamente mencionadas.

- 31.2 Eventuais substituições de profissionais, correções operacionais ou adequações necessárias à execução contratual serão de inteira responsabilidade da contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.
- 31.3 Os serviços prestados estarão sujeitos à fiscalização e aprovação da Secretaria demandante e do fiscal do contrato, podendo ser rejeitados, total ou parcialmente, quando executados em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, na Ordem de Serviço ou nas normas legais aplicáveis.
- 31.4 A execução dos serviços observará os quantitativos, locais, datas e horários definidos nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração, por intermédio do fiscal ou gestor do contrato.
- 31.5 Eventuais impossibilidades de cumprimento dos prazos ou condições estabelecidas deverão ser formalmente justificadas pela contratada com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, salvo situações excepcionais devidamente comprovadas.
- 31.6 O atraso injustificado na execução dos serviços poderá ensejar aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, além de juros de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.
- 31.7 As penalidades eventualmente aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à contratada ou cobradas administrativa e judicialmente, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 31.8 A contratada deverá estar apta a iniciar a execução dos serviços em até 72 (setenta e duas) horas após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou do contrato administrativo, salvo prazo diverso estabelecido pela Administração.
- 31.9 A contratada deverá manter canal permanente de atendimento por telefone e correio eletrônico (e-mail), em horário comercial, garantindo comunicação eficiente com a Administração Pública, inclusive para atendimentos emergenciais ou excepcionais relacionados à execução contratual, sem custos adicionais.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **28** de **28**

- 31.10 Quaisquer alterações relativas ao objeto, quantitativos, horários, locais ou condições de execução somente poderão ocorrer mediante autorização prévia e formal da contratante, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e sem prejuízo da qualidade, eficiência e continuidade dos serviços prestados.
- 31.11 Os serviços executados em desconformidade com as especificações estabelecidas, bem como profissionais considerados inadequados pela fiscalização contratual, deverão ser corrigidos ou substituídos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, ou imediatamente quando a natureza da ocorrência exigir, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.
- 31.12 A contratada deverá manter absoluto sigilo sobre informações, documentos, rotinas administrativas e demais dados eventualmente acessados em razão da execução contratual, responsabilizando-se por quaisquer divulgações indevidas praticadas por seus empregados ou prepostos.

32. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 32.1 Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo mão de obra, impostos, taxas, emolumentos e encargos sociais, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.
- 32.2 As normas aplicáveis a este procedimento deverão ser interpretadas de forma a ampliar a competitividade entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 32.3 Os casos omissos serão regidos pela Lei nº 14.133/2021, suas alterações posteriores e demais legislações correlatas.

Tarauacá-Acre, 07 de maio de 2026.

Enivaldo Cavalcante Gomes Do Ó
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 004/2025



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Administração Pública Municipal promove, apoia e participa continuamente de eventos cívicos, institucionais, culturais, esportivos, educacionais e festivos destinados ao atendimento do interesse coletivo, à valorização das políticas públicas e ao fortalecimento da integração social no âmbito do Município de Tarauacá/AC. A realização dessas atividades demanda a adoção de medidas preventivas voltadas à organização dos espaços, orientação do público, preservação da ordem e mitigação de riscos relacionados à segurança dos participantes, servidores, autoridades e demais envolvidos, especialmente em eventos com grande circulação de pessoas, funcionamento em período noturno ou controle de acesso em áreas delimitadas. Atualmente, verifica-se a necessidade de estruturação de mecanismo contínuo e eficiente que assegure suporte operacional adequado às ações promovidas pelas diversas secretarias municipais, considerando que a Administração não dispõe, em seu quadro funcional, de profissionais habilitados e legalmente autorizados para execução das atividades correlatas à segurança privada em eventos, conforme exigências da legislação específica e das normas expedidas pela Polícia Federal. A ausência de suporte especializado poderá comprometer a regularidade da execução dos eventos públicos, aumentar riscos de incidentes, dificultar o controle de acesso e reduzir a capacidade de resposta preventiva em situações que exijam organização operacional do fluxo de pessoas.

Foram analisadas alternativas administrativas que pudessem suprir a necessidade identificada, incluindo a utilização de servidores próprios, celebração de comodato, permuta ou outras formas de compartilhamento operacional. Contudo, tais possibilidades mostraram-se inviáveis ou insuficientes diante da natureza especializada da atividade, das exigências legais relacionadas à segurança privada, da necessidade de disponibilidade variável conforme calendário de eventos e da inexistência de estrutura própria apta a atender, com eficiência e regularidade, as demandas das secretarias municipais. Assim, evidencia-se a necessidade de adoção de solução administrativa capaz de assegurar atendimento contínuo, legalmente adequado e operacionalmente eficiente às ações e eventos oficiais promovidos pelo Município, em observância ao interesse público e à segurança coletiva.

2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL

Registra-se que a presente contratação não consta, até o momento, formalmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026. Todavia, a demanda encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Administração Municipal, especialmente no que se refere ao atendimento das ações estratégicas das Secretarias envolvidas, bem como aos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico e nas diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), evidenciando sua pertinência e relevância para o interesse público. Ressalta-se que a ausência de previsão no PCA não afasta a necessidade da



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

contratação, devendo ser promovida a devida atualização do referido plano, conforme dispõe o art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, art. 7º da Instrução Normativa nº 58/2022 e §1º do art. 8º da Portaria Seges nº 8.678/2021. A previsão das contratações públicas pode ser consultada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço: <https://pncp.gov.br/app/pca?pagina=1&anos=2026&esferas=F&q=&status=vigente>.

3. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

A futura contratação deverá observar requisitos técnicos, funcionais e operacionais mínimos indispensáveis à adequada execução dos serviços, garantindo atendimento eficiente, seguro e compatível com a legislação aplicável à atividade de segurança privada. Os requisitos estabelecidos visam assegurar que a execução ocorra em conformidade com o interesse público, com observância das normas da Polícia Federal, da Lei nº 7.102/1983, do Decreto nº 89.056/1983 e demais regulamentos pertinentes à atividade de segurança privada desarmada.

A solução a ser adotada deverá assegurar disponibilidade operacional compatível com a dinâmica dos eventos promovidos ou apoiados pela Administração Municipal, permitindo atendimento sob demanda, inclusive em períodos diurnos e noturnos, em eventos de natureza cultural, esportiva, institucional, cívica e festiva. Os profissionais disponibilizados deverão possuir qualificação compatível com as atribuições exercidas, observando-se requisitos de regularidade, capacitação, identificação funcional e conduta adequada ao atendimento ao público.

Além dos requisitos operacionais, deverão ser observadas práticas relacionadas à sustentabilidade administrativa e à responsabilidade social, mediante exigência de cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, ambiental e de saúde e segurança do trabalho, bem como adoção de medidas destinadas à redução de impactos operacionais, utilização racional de recursos e promoção de condições adequadas de trabalho aos profissionais envolvidos na execução contratual.

Categoria	Requisito	Descrição
Técnico	Autorização da Polícia Federal	A empresa deverá possuir autorização de funcionamento válida expedida pela Polícia Federal para atuação na atividade de segurança privada, nos termos da legislação vigente.
Técnico	Regularidade da empresa	A contratada deverá manter regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e jurídica durante toda a execução contratual.
Técnico	Capacitação profissional	Os profissionais disponibilizados deverão possuir formação e reciclagem compatíveis com a atividade exercida, conforme normas da Polícia Federal.
Técnico	Identificação funcional	Os profissionais deverão atuar devidamente uniformizados,



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUCÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Categoria	Requisito	Descrição
		identificados e em condições adequadas de apresentação.
Técnico	Equipamentos operacionais	A contratada deverá fornecer, sem ônus adicional, rádios de comunicação, uniformes, EPIs e demais recursos necessários à execução dos serviços.
Técnico	Vedação ao armamento	Será vedado o porte de arma de fogo durante a execução dos serviços.
Funcional	Atendimento sob demanda	A prestação deverá ocorrer conforme necessidade da Administração, de maneira variável, de acordo com o calendário de eventos das secretarias municipais.
Funcional	Cobertura diurna e noturna	Os serviços deverão contemplar atendimento em períodos diurnos e noturnos, inclusive com disponibilidade em finais de semana e feriados.
Funcional	Controle de acesso	Quando solicitado, os profissionais deverão atuar em atividades de triagem, controle de entrada, orientação ao público e revista pessoal, observadas as normas legais aplicáveis.
Funcional	Apoio à organização dos eventos	Os serviços deverão contribuir para organização do fluxo de pessoas, preservação da ordem e prevenção de incidentes durante os eventos oficiais.
Operacional	Disponibilidade imediata	A contratada deverá possuir capacidade operacional suficiente para mobilização de equipes conforme demanda da Administração.
Operacional	Atendimento em múltiplos locais	Os serviços poderão ser executados em diferentes espaços públicos, praças, ginásios, vias públicas e demais locais de realização dos eventos municipais.
Operacional	Equipes masculinas e femininas	Sempre que necessário, a contratada deverá disponibilizar profissionais de ambos os sexos para adequada execução das atividades de controle de acesso e revista pessoal.
Operacional	Responsabilidade integral da contratada	Todos os custos logísticos, operacionais, trabalhistas, previdenciários, tributários, alimentação, transporte e hospedagem deverão estar incluídos nos valores contratados.
Sustentabilidade	Cumprimento das normas trabalhistas	A contratada deverá observar integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e segurança do trabalho.
Sustentabilidade	Uso racional de recursos	Deverão ser adotadas práticas de racionalização de materiais e equipamentos utilizados durante a execução dos serviços.
Sustentabilidade	Conduta ética e respeito ao público	Os profissionais deverão atuar com urbanidade, respeito à dignidade das pessoas e observância aos direitos fundamentais dos cidadãos.
Qualidade e desempenho	Continuidade do serviço	A contratada deverá assegurar substituição imediata de profissionais ausentes ou inadequados à execução contratual.
Qualidade e desempenho	Eficiência operacional	Os serviços deverão ser executados com pontualidade, disciplina, capacidade de comunicação e observância das orientações da Administração.

Os requisitos acima estabelecem parâmetros mínimos de qualidade e desempenho, assegurando que a solução



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

a ser contratada esteja alinhada ao interesse público, à eficiência administrativa e às boas práticas de gestão contratual.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

A estimativa das quantidades previstas para a futura contratação foi definida com base no histórico de consumo e utilização dos serviços pela Administração Municipal em exercícios anteriores, considerando a média de demandas geradas pelas secretarias municipais durante a realização de eventos cívicos, culturais, esportivos, institucionais e festivos promovidos ou apoiados pelo Município. Para composição da estimativa, foram analisados registros internos de solicitações, ordens de serviço, cronogramas de eventos oficiais, quantitativos anteriormente executados e projeções de demandas futuras, observando-se critérios de razoabilidade, proporcionalidade e compatibilidade com a necessidade administrativa, em conformidade com o inciso IV do §1º do art. 18 e inciso III do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, bem como com o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União nos Acórdãos nº 2321/2020-Plenário e nº 989/2023-Plenário. Os documentos que fundamentam a estimativa constam no Documento de Formalização da Demanda (DFD), nos levantamentos internos realizados pelas secretarias demandantes e no histórico administrativo de eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC.

LOTE ÚNICO — SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA PARA EVENTOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ/AC						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VIGÊNCIA	QTD PREVISTA PARA REGISTRO	VALOR UNIT./HORA	VALOR TOTAL/HORA
1	Hora de profissional de segurança privada desarmada – período diurno . Atuação interna no evento, sem controle de acesso ou revista pessoal, com uso de rádio de comunicação, uniforme, EPIs e meios de contenção não letais, quando autorizados.	HORA DE PROFISSIONAL (HH)	12 MESES	3.000		
2	Hora de profissional de segurança privada desarmada – período noturno . Atuação interna no evento, sem controle de acesso ou revista pessoal, com uso de rádio de comunicação, uniforme, EPIs e meios de contenção não letais, quando autorizados, incluindo adicional	HORA DE PROFISSIONAL (HH)	12 MESES	3.000		



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	noturno.					
3	Hora de profissional de segurança privada desarmada – <u>controle de acesso – período diurno.</u> Atuação em portarias e acessos, com triagem e revista pessoal, uso de detector de metais, rádio de comunicação, uniforme e EPIs compatíveis.	HORA DE PROFISSIONAL (HH)	12 MESES	1.000		
4	Hora de profissional de segurança privada desarmada – <u>controle de acesso – período noturno.</u> Atuação em portarias e acessos, com triagem e revista pessoal, uso de detector de metais, rádio de comunicação, uniforme e EPIs compatíveis, incluindo adicional noturno.	HORA DE PROFISSIONAL (HH)	12 MESES	1.000		
VALOR GLOBAL LOTE R\$						

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a natureza comum e amplamente difundida do objeto pretendido, bem como a padronização existente no mercado nacional para prestação de serviços de segurança privada desarmada em eventos, não se mostrou necessária a realização de levantamento de mercado aprofundado no presente Estudo Técnico Preliminar. A Administração possui parâmetros técnicos suficientes para definição da solução, especialmente em razão da existência de múltiplas empresas regularmente autorizadas pela Polícia Federal aptas à execução dos serviços, além da ampla recorrência de contratações similares realizadas por órgãos públicos em âmbito municipal, estadual e federal. Ademais, a futura pesquisa de preços destinada à composição da estimativa de valor da contratação será realizada em fase própria do processo, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, assegurando adequada verificação de compatibilidade com os valores praticados no mercado

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na disponibilização, sob demanda, de estrutura operacional destinada ao apoio à segurança e organização de eventos oficiais promovidos ou apoiados pela Administração Municipal, abrangendo atividades de orientação ao público, preservação da ordem, controle de acesso, triagem de participantes e



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

apoio operacional preventivo durante a realização de eventos cívicos, culturais, esportivos, institucionais e festivos. A execução deverá ocorrer conforme necessidade de cada secretaria demandante, em períodos diurnos e noturnos, inclusive em finais de semana e feriados, observando a dinâmica, porte e características específicas de cada evento.

A execução dos serviços deverá contemplar profissionais devidamente capacitados, uniformizados, identificados e habilitados nos termos da legislação aplicável à segurança privada, especialmente a Lei nº 7.102/1983, o Decreto nº 89.056/1983 e as normas expedidas pela Polícia Federal. Os profissionais atuarão sem porte de arma de fogo, podendo desempenhar funções de apoio interno ao evento, organização de fluxo de pessoas, controle de entrada e saída, triagem e revista pessoal, quando previamente autorizadas e necessárias à segurança do evento. Sempre que exigido pela natureza da atividade, deverão ser disponibilizadas equipes compostas por profissionais de ambos os sexos, em atenção às boas práticas operacionais e ao respeito à dignidade das pessoas.

A solução deverá incluir integralmente todos os recursos materiais, humanos e operacionais necessários à adequada execução contratual, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento de uniformes, equipamentos de proteção individual, rádios comunicadores, detectores de metais, quando solicitados, e demais meios operacionais indispensáveis ao desempenho das atividades. Também deverão estar incluídos todos os custos relacionados à logística operacional, alimentação, transporte, hospedagem, substituições, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas incidentes, sem qualquer ônus adicional à Administração.

A operacionalização da solução deverá ocorrer mediante acionamento prévio da contratada pela Administração, conforme calendário e necessidade dos eventos, permitindo flexibilidade quantitativa e atendimento sob demanda durante a vigência contratual. A contratada deverá manter capacidade operacional suficiente para mobilização tempestiva das equipes, substituição imediata de profissionais ausentes ou inadequados e garantia de continuidade dos serviços durante toda a execução contratual.

Por se tratar de prestação de serviços de natureza operacional, não se aplica assistência técnica convencional ou manutenção corretiva típica de fornecimento de equipamentos permanentes. Contudo, caberá à contratada assegurar plena disponibilidade e adequado funcionamento dos equipamentos operacionais utilizados na execução dos serviços, promovendo substituição imediata em caso de falhas, defeitos ou indisponibilidade que possam comprometer a eficiência, segurança ou continuidade das atividades desempenhadas.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Verificou-se que, embora exista viabilidade técnica parcial para divisão da contratação em itens distintos conforme os tipos de serviços e períodos de execução, o não parcelamento da solução mostra-se mais vantajoso à Administração sob os aspectos técnico, operacional e econômico. A contratação unificada permitirá maior padronização operacional, centralização da gestão contratual, uniformidade na execução dos serviços e melhor coordenação das equipes durante os eventos promovidos pelas secretarias municipais. A fragmentação da contratação poderá gerar dificuldades de gerenciamento simultâneo de múltiplos fornecedores em um mesmo evento, aumento do risco de falhas operacionais, conflitos de responsabilidade, descontinuidade na execução e elevação dos custos administrativos relacionados à fiscalização e acompanhamento contratual. Além disso, o agrupamento dos serviços em lote único favorece ganho de escala, otimização logística e maior eficiência na mobilização das equipes, sem prejuízo à competitividade, considerando a existência de diversas empresas especializadas no mercado aptas à execução integral do objeto. Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento da contratação atende ao interesse público e observa os princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade administrativa, em conformidade com o inciso II do art. 47, inciso VIII do §1º do art. 18 e inciso V do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, bem como com a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União.

8. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação da solução pretende assegurar maior eficiência operacional na realização dos eventos promovidos ou apoiados pela Administração Municipal, garantindo adequado suporte à organização, controle de acesso, orientação ao público e preservação da ordem, de forma compatível com as exigências legais aplicáveis à segurança privada. Busca-se proporcionar melhores condições de segurança e organização aos participantes, servidores e colaboradores envolvidos nos eventos oficiais, contribuindo para a redução de riscos operacionais, prevenção de incidentes e melhoria da execução das atividades institucionais desenvolvidas pelas secretarias municipais.

Sob o aspecto da economicidade, a contratação permitirá que a Administração utilize os serviços de forma exclusivamente sob demanda, conforme necessidade efetiva de cada evento, evitando custos permanentes relacionados à manutenção de estrutura própria, contratação de pessoal especializado, aquisição de equipamentos operacionais e despesas contínuas de capacitação e gestão administrativa. A adoção do Sistema de Registro de Preços contribuirá para maior racionalização dos gastos públicos, possibilitando flexibilidade na utilização dos quantitativos registrados e melhor planejamento das despesas ao longo da vigência contratual.

Quanto ao aproveitamento dos recursos humanos, a solução permitirá que os servidores municipais permaneçam concentrados em suas atribuições institucionais e atividades finalísticas, evitando deslocamento de pessoal administrativo para funções operacionais de organização e apoio à segurança dos eventos, para as quais não possuem habilitação específica. Além disso, a utilização de empresa especializada proporcionará



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

maior eficiência técnica na execução das atividades, mediante disponibilização de profissionais capacitados, equipamentos adequados e estrutura operacional compatível com as demandas da Administração.

Em relação aos recursos materiais e financeiros, a contratação possibilitará redução de custos indiretos relacionados à logística, aquisição de uniformes, rádios comunicadores, equipamentos de proteção individual, transporte, alimentação e demais insumos necessários à execução dos serviços, uma vez que tais obrigações permanecerão integralmente sob responsabilidade da contratada. Espera-se, ainda, maior padronização operacional, melhoria na gestão dos eventos públicos municipais, aumento da capacidade de resposta às demandas das secretarias e fortalecimento da eficiência administrativa na condução das ações institucionais do Município.

9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS

Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá adotar as providências administrativas necessárias à adequada formalização e acompanhamento da futura contratação, incluindo a conclusão da fase preparatória do procedimento licitatório, elaboração do Termo de Referência, realização da pesquisa de preços, reserva orçamentária, análise jurídica e demais atos exigidos pela Lei nº 14.133/2021. Também deverá ser promovida a definição prévia das secretarias demandantes, dos fluxos internos de solicitação dos serviços e dos responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual.

A Administração deverá designar formalmente fiscal e gestor do contrato, observando-se o disposto nos arts. 7º e 117 da Lei nº 14.133/2021, promovendo, quando necessário, orientação ou capacitação dos servidores responsáveis pela fiscalização contratual, especialmente quanto ao acompanhamento da execução dos serviços, controle das horas efetivamente executadas, conferência das escalas operacionais e verificação do cumprimento das obrigações legais, trabalhistas e operacionais da contratada.

Deverão ser previamente definidos os procedimentos operacionais de acionamento da contratada para atendimento dos eventos oficiais, incluindo cronograma de solicitações, prazos mínimos de mobilização das equipes, formas de comunicação entre a Administração e a contratada e critérios de controle e medição dos serviços executados. Também caberá à Administração informar previamente as características específicas de cada evento, tais como local, horário, estimativa de público, necessidade de controle de acesso e demais condições operacionais relevantes à adequada execução dos serviços.

Quanto às exigências legais aplicáveis ao objeto, a Administração deverá verificar, previamente à contratação, a regularidade da empresa vencedora perante a Polícia Federal, incluindo autorização válida para funcionamento na atividade de segurança privada, bem como a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e jurídica exigida para contratação com o Poder Público. Quando a natureza do evento exigir licenças, autorizações ou comunicação prévia a órgãos de segurança pública e fiscalização, tais providências deverão ser adotadas pela secretaria responsável pela realização do evento, em articulação com os órgãos competentes.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verificam contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à viabilização da presente contratação, considerando que a solução pretendida possui autonomia operacional e pode ser executada de forma independente pela futura contratada. Todos os recursos humanos, materiais, equipamentos, logística operacional, transporte, alimentação, comunicação e demais insumos necessários à adequada execução dos serviços constituirão obrigação exclusiva da contratada, sem necessidade de fornecimentos complementares por parte da Administração. Eventuais estruturas utilizadas nos eventos, como palco, sonorização, iluminação, disciplinamento de espaço ou apoio logístico, quando existentes, decorrem de contratações distintas vinculadas à organização geral dos eventos públicos, não configurando dependência técnica ou operacional indispensável à execução dos serviços objeto da presente contratação.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução dos serviços poderá gerar impactos ambientais indiretos relacionados ao deslocamento das equipes, consumo de energia por equipamentos operacionais e geração de resíduos durante os eventos atendidos pela contratação. Também poderão ocorrer impactos decorrentes da utilização de materiais de consumo e equipamentos eletrônicos necessários à execução das atividades.

Como medidas mitigadoras, a contratada deverá adotar práticas de uso racional de recursos materiais e energéticos, promover planejamento logístico eficiente para redução de deslocamentos desnecessários e realizar o descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados, observando a legislação ambiental vigente. Sempre que aplicável, equipamentos eletrônicos, pilhas, baterias e materiais inservíveis deverão receber destinação adequada, inclusive mediante reciclagem e logística reversa.

Considerando a natureza operacional da contratação, os impactos ambientais são considerados de baixa relevância, podendo ser adequadamente mitigados mediante adoção de boas práticas operacionais e cumprimento das normas ambientais aplicáveis.

12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação revela-se plenamente viável sob os aspectos técnico e financeiro, uma vez que está fundamentada em estudo de mercado consistente, que possibilitou a adequada estimativa dos custos envolvidos, em conformidade com os parâmetros da Lei nº 14.133/2021. Ademais, a solução proposta mostra-se exequível diante das condições operacionais identificadas e da capacidade do mercado em atender às demandas da Administração com qualidade e eficiência.

Do ponto de vista orçamentário, a contratação é compatível com a previsão de recursos do município, observando-se o devido planejamento financeiro e a disponibilidade orçamentária para suportar as despesas decorrentes. Dessa forma, restam atendidos os pressupostos de viabilidade, economicidade e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUCÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

13. CONCLUSÃO

Com base nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se adequada, necessária e compatível com as demandas da Administração Municipal, atendendo de forma eficiente às necessidades relacionadas à organização, controle de acesso, orientação ao público e apoio operacional à segurança durante a realização de eventos oficiais promovidos ou apoiados pelas secretarias municipais. A solução proposta apresenta viabilidade técnica e operacional, observando as exigências legais aplicáveis à atividade de segurança privada, especialmente as normas expedidas pela Polícia Federal, além de permitir atendimento flexível e sob demanda conforme a natureza e o porte de cada evento.

A contratação revela-se vantajosa sob os aspectos da eficiência, economicidade e interesse público, uma vez que possibilita a utilização de estrutura especializada sem necessidade de manutenção de quadro próprio permanente, reduzindo custos administrativos e otimizando a aplicação dos recursos públicos. Além disso, a solução assegura maior padronização operacional, melhor aproveitamento dos recursos humanos da Administração e maior capacidade de resposta às demandas institucionais do Município, contribuindo para a adequada realização dos eventos públicos e para a segurança e organização das atividades desenvolvidas em benefício da coletividade.

Tarauacá/AC, 06 de maio de 2026.

ENIVALDO CAVALCANTE GOMES DO Ó
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 004/2025

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, com sede no(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, na cidade de Tarauacá, AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representado(a) pelo(a) Médico Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 01 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de Estado edição nº 13.939 de 08 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202...., publicada no de/...../202....., processo administrativo nº 3.393/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa devidamente autorizada pela Polícia Federal, especializada na prestação de serviços de segurança privada desarmada, para atuação em eventos oficiais promovidos, apoiados ou realizados pela Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC, em atendimento às demandas das diversas secretarias municipais, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão Eletrônico SRP nº 90026/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

3.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica

facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a

oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

(Processo Administrativo nº /2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, com sede no(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, na cidade de Tarauacá, AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representado(a) pelo(a) Médico Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 01 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de Estado edição nº 13.939 de 08 de janeiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 6.547/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa devidamente autorizada pela Polícia Federal, especializada na prestação de serviços de segurança privada desarmada, para atuação em eventos oficiais promovidos, apoiados ou realizados pela Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC, em atendimento às demandas das diversas secretarias municipais, especificado(s) no(sp) item(ns) do Termo de Referência, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR
------	---------------	--------	------------	------------	-------	-------

			MEDIDA		UNITÁRIO	TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será prorrogado, por meio de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxxx (xxxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de XXXXXXXX;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Tarauacá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Tarauacá-AC, XX de XXXXXX de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-